

02 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

# STF fica sem quorum para julgar planos

Edson Fachin se declara impedido, e apreciação de caso que pode ter impacto bilionário para os bancos tem impasse

**Outros três ministros já haviam informado que não participariam do julgamento sobre planos dos anos 80 e 90**

MÁRCIO FALCÃO  
DE BRASÍLIA

Mais novo integrante do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Luiz Edson Fachin informou que não vai participar do julgamento dos planos econômicos, um dos principais casos em discussão no tribunal e com impacto potencial bilionário para os bancos brasileiros.

A decisão criou um impasse no tribunal, pois, com a ausência do ministro, não haverá quorum para uma definição sobre a ação, que exige no mínimo oito ministros para ser apreciada.

Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia já haviam se declarado impedidos para tratar do processo. Nos próximos dias, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, deve se reunir com os relatores do caso para buscar uma solução.

Não há mais previsão no regimento do STF para convocar um ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) para atuar nesse tipo de situação.

Em ofício enviado ao presidente do STF, Fachin se declarou "suspeito" — condição em que se pode duvidar da imparcialidade do juiz para analisar um caso. O ministro disse que, como advogado, atuou em favor de "inúmeros poupadores" perante o Tri-

bunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o STJ e o próprio STF.

"Não me parece razoável que venha a participar do julgamento de uma causa cuja solução, num ou noutro sentido, pode significar reflexo econômico a interesses de partes que se assentam em teses favoráveis ou contrárias àquelas que defendi em juízo, as quais podem, ainda que mediatamente, implicar eventuais honorários de sucesso decorrentes das causas múltiplas que defendi", escreveu o ministro no documento.

O julgamento do processo no Supremo foi suspenso no ano passado e coloca em questão eventuais perdas de poupadores com a edição de planos econômicos editados no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 para debelar a inflação. O STF vai definir se investidores com recursos na caderneta de poupança na implantação dos planos econômicos dos anos 1980 e 1990 têm direito a ressarcimento dos bancos por eventuais perdas.

A discussão sobre os planos foi suspensa em 2014. O STF atendeu a pedido do Ministério Público Federal para revisar os ganhos que os bancos tiveram com a edição dos planos.

O Ministério Público Federal estimou esse número em R\$ 441 bilhões, dado contestado pelo Banco Central e União. Para o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, os ganhos dos bancos com a execução dos planos não passaram de R\$ 26 bilhões.

02 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Ministro insiste em pedido de apuração de contas de Dilma

Gilmar Mendes quer que procurador-geral investigue empresa contratada por campanha petista em 2014

**Rodrigo Janot já havia arquivado solicitação de ministro do TSE, considerada inconveniente por ele**

MÁRCIO FALCÃO  
DE BRASÍLIA

Ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) defenderam nesta terça (1º) a importância de uma Justiça Eleitoral atuante em resposta ao parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que criticou a “inconveniência” da Justiça e do Ministério Público Eleitoral se tornarem “protagonistas exagerados do espetáculo da democracia”.

A declaração consta em parecer no qual Janot arquivou pedido de Gilmar Mendes, vi-

ce-presidente do TSE e integrante do Supremo Tribunal Federal, para investigar uma empresa fornecedora da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Mendes, o presidente do TSE, e os ministros Dias Toffoli e João Otávio de Noronha defenderam o poder de investigação da Justiça e a apuração de indícios de irregularidade na empresa VTPB Serviços Gráficos e Mídia Exterior Ltda.

Mendes anunciou que vai enviar um novo pedido reiterando que Janot investigue a VTPB, que recebeu R\$ 22,9 milhões da campanha petista por publicidade e materiais impressos.

Segundo ele, há indícios de que a gráfica seria uma empresa de fachada e sem estrutura para oferecer os serviços contratados. A VTPB nega.

Mendes afirmou que Janot pode ter entendido errado sua demanda, sendo que seu objetivo não é reabrir a prestação de contas da campanha de Dilma, que já foram aprovadas no ano passado.

O ministro, que recomendou a Janot que não atuasse como advogado de Dilma, voltou a alfinetar o procurador.

“O que se espera do PGR [procurador-geral da República], portanto — parece que Vossa Excelência entendeu de forma bastante estrita o encaminhamento —, é que proceda as devidas investigações dos possíveis ilícitos penais que saltam aos olhos da nação.”

Janot afirma que sua decisão de não apurar a empresa foi técnica. Ele diz que os fatos “não apresentam consistência suficiente” para autorizar a investigação criminal.

02 SET 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# PT estuda fazer representação contra campanha de Aécio Neves

TSE listou 15 irregularidades na prestação de contas do tucano

O coordenador jurídico da campanha de Dilma Rousseff, Flávio Caetano, disse nesta terça (1º) que poderá entrar com uma representação sobre a prestação de contas da campanha presidencial de Aécio Neves (PSDB) no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A assessoria da corte já achou indícios de 15 irregularidades nas contas do tucano.

Num pedido de informações a Aécio, a ministra Maria Thereza de Assis Moura lista infrações e inconsistências, como omissão de despesas e divergências entre valores declarados pelo candidato e apresentados por doadores.

Por ter vencido a eleição, Dilma teve que apresentar sua prestação antes. Elas foram aprovadas em dezembro. Há alguns dias, porém, o ministro Gilmar Mendes pediu ao Ministério Público que investigue a papelada, pois suspeita de irregularidades envolvendo firmas investigadas na Lava Jato (leia acima).

As contas de Aécio ainda não foram julgadas. O TSE não tem prazo para isso.

Entre os problemas listados pelo TSE estão cerca de R\$ 4 milhões de repasses declarados por diretórios estaduais do PSDB ao candidato que inexistem nas prestações de contas dos doadores; omissão de doações que somam R\$ 750 mil de empresas como Rossi Residencial e Ticket; e divergência em relação a repasse da Construbase Engenharia. Aponta também que o comitê financeiro do PSDB registrou o recebimento de R\$ 2 milhões doados pela construtora Odebrecht, valor que não aparece na prestação de contas de Aécio.

O PSDB afirmou que todas as questões levantadas são "exclusivamente de conteúdo formal" e que já foram corrigidas. (CATIA SEABRA)

02 SET 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Fundador do PT pede impeachment da petista

Hélio Bicudo, que rompeu com o partido no mensalão, vê crime de responsabilidade

GUSTAVO URIBE  
DE BRASÍLIA

Fundador do PT, o advogado paulista Hélio Bicudo, 93, apresentou à Câmara nesta terça-feira (1º) pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff (PT).

O documento foi protocolado pela filha do jurista, Maria Lúcia Bicudo, e pela advogada Janaina Paschoal.

Por conta da idade e do estado de saúde, Bicudo não participou da entrega do documento. Segundo Maria Lúcia, a iniciativa partiu do pai e não tem relação nem com partidos nem com grupos a favor do impeachment.

No pedido, o fundador do PT afirma que o país está “mergulhado em profunda crise” e que a atual situação econômica é, na verdade, uma crise moral.

Ele argumenta que a presidente cometeu crime de responsabilidade e elenca, entre outros motivos para o seu afastamento, as chamadas “pedaladas fiscais” —manobras para adiar pagamentos e usar bancos públicos para cobrir as dívidas, e a Operação Lava Jato.

No PT, Bicudo foi deputado federal (1991-1994) e vice-prefeito da senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) (2001-2004) em São Paulo. Em 2005, no auge do Mensalão, ele deixou o partido.

02 SET 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Chefe da Eletronuclear é acusado de corrupção

Homem-forte do programa nuclear dos anos 1970 e 80 recebeu propina, diz denúncia

GRACILIANO ROCHA  
BELA MEGALE  
DE SÃO PAULO

Presidente licenciado da Eletronuclear, o almirante da reserva Othon Luiz Pinheiro da Silva foi acusado formalmente por 53 atos de corrupção em benefício de empreiteiras com contratos da usina nuclear de Angra 3.

Homem-forte do programa nuclear brasileiro dos anos 1970 e 1980, Othon assumiu a presidência da estatal em 2005 para retomar a obra da usina durante o governo do ex-presidente Lula. Licenciado da estatal este ano, o almirante está preso desde julho.

As obras civis da terceira planta nuclear do país foram iniciadas em 1984 e ficaram paradas por 25 anos.

Reiniciada em 2009 com previsão de R\$ 7 bilhões, Angra 3 deverá entrar em operação em 2018, com três anos de atraso, a um custo de R\$ 15 bilhões.

A denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal lista apenas contratos da Andrade Gutierrez e da Engevix, que somam R\$ 5 bilhões.

A propina atribuída ao chefe da Eletronuclear foi estimada em R\$ 4 milhões.

Quinze pessoas foram denunciadas —incluindo uma filha do almirante e a cúpula das duas empreiteiras— sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e de integrar organização criminosa.

Para a Procuradoria, Angra 3 mimetizou esquemas já desvendados dentro da Petrobras: empreiteiras fatiavam obras e obtinham contratos e aditivos mediante o pagamento de propina.

No caso da Andrade Gutierrez, a Procuradoria afirma que a Eletronuclear pagou até



Othon Luiz Pinheiro da Silva, que chefiou a Eletronuclear

por alojamentos vazios durante as duas décadas em que a obra esteve interrompida.

Outras cinco empreiteiras que integram, com a Andrade Gutierrez, o consórcio que toca a montagem eletromecânica da usina (R\$ 3,2 bilhões), sob suspeita, não foram incluídas na denúncia.

Já a Engevix venceu licitações mesmo com preço maior.

Em troca dos favores na Eletronuclear, sustenta a acusação, as duas construtoras contrataram empresas de fachada cuja única função era repassar dinheiro para a Aratec, firma de Othon.

### OUTRO LADO

O advogado Helton Pinto, que defende o almirante Othon, não foi encontrado.

Em depoimento à PF, ele negou ter recebido propina e disse que “possui conhecimento para ganhar muito mais do que os valores que lhe acusam de ter recebido”.

A Andrade Gutierrez informou que seus advogados só se pronunciarão nos autos do processo. Em nota, a Engevix disse que coopera com a investigação.

# 02 SET 2015

## FOLHA DE S. PAULO

**MÔNICA BERGAMO**

### TEXTO NOVO

O Ministério Público de São Paulo deve entrar com nova ação contra empresas envolvidas no escândalo do Metrô em São Paulo. Os promotores devem pedir ressarcimento integral de mais de R\$ 500 milhões de danos que teriam sido causados por formação de cartel.

### CONTA NOVA

Em dezembro, o Ministério Público moveu ação para que 11 empresas —entre elas, Alstom, Bombardier, Siemens e Mitsui— pagassem indenização de R\$ 487 milhões. O valor faz referência a contratos do começo da década passada. A nova ação vai contemplar os que foram assinados depois de 2005.

### DESACORDO

A iniciativa está sendo estudada por promotores que se insurgiram contra colegas que costuram acordo com a Alstom. Ele prevê que a empresa pagará multa bilionária sem confessar a culpa de qualquer crime nem apontar agentes públicos beneficiários de propina. A formação do cartel ocorreu em governos do PSDB em São Paulo.

## Polícia Federal aponta corrupção de presidente de comissão da Câmara

DE SÃO PAULO - A Polícia Federal apontou ao Supremo Tribunal Federal (STF) indícios da responsabilidade criminal do deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), e do pai dele, o senador Benedito de Lira (PP-AL), por suspeita de corrupção passiva num dos inquéritos da Operação Lava Jato.

Na primeira instância, o relatório da PF equivaleria a um indiciamento dos suspeitos.

A PF também recomendou o afastamento dos congressistas, alegando que eles usaram seus cargos no Legislativo para praticar crimes e que podem voltar a fazê-lo caso continuem no Congresso.

A versão final do relatório

foi entregue ao Supremo na segunda-feira (31).

O documento aponta que os parlamentares tiveram dívidas de suas campanhas pagas pelo doleiro Alberto Youssef e que receberam propinas por meio de doações eleitorais oficiais resultantes do esquema na Petrobras.

Em delação, Youssef apontou os suspeitos como beneficiários de suborno pago por fornecedoras da estatal.

Agora, o STF deverá encaminhar as conclusões ao Ministério Público Federal, que decidirá se oferece denúncia ou se arquivava o caso. A defesa dos suspeitos afirmou que o relatório ainda não é público e que vai se manifestar quando tiver acesso a ele.

## PAINEL DO LEITOR

### Cartórios

Em relação ao editorial “Des-caso em cartório” (“Opinião”, 30/8) e aos artigos “A farra dos cartórios” (“Opinião”, 28/8) e “Hora de dar fim aos cartórios” (“Tec”, 31/8), o Colégio Notarial do Brasil (seção São Paulo) vem a público externar sua posição contrária à aprovação da PEC 471. Acreditamos que a proposta fere a Constituição e que os interinos que exercem gerenciamento provisório, com tempo sabidamente delimitado, não devem pleitear efetivações sem o devido concurso público. O CNB/SP preza a garantia da ordem constitucional vigente e apoia as medidas que visem à elevação da qualidade dos serviços notariais.

**CARLOS FERNANDO BRASIL CHAVES,**  
presidente do Colégio Notarial do Brasil - seção  
São Paulo (São Paulo, SP)

02 SET 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Ministério Público e saneamento

JERSON KELMAN

Como no Brasil ainda estamos, infelizmente, muito longe de atingir o atendimento de toda a população com água potável e coleta-tratamento de esgotos, é preciso elencar prioridades e avançar com método rumo à universalização do serviço, colhendo inicialmente os “frutos mais baixos”.

A primeira coisa que deve ser feita é levar água para toda a população. Uma vez atingido esse objetivo, a tarefa seguinte é construir redes coletoras de esgotos para proteger a saúde, principalmente a das crianças. A terceira — e última — tarefa é construir estações de tratamento de esgoto para proteger o meio ambiente.

Naturalmente, é desejável fazer “barba, cabelo e bigode” de uma só vez. Isto é, implantar a infraestrutura do ciclo completo de saneamento básico.

A obviedade dessa constatação explica a impaciência do Ministério Público com a aparente inoperância de empresas de saneamento que levam anos — aliás, conforme previsto na lei nº 1.1445, de 2007 — para construir e operar a infraestrutura necessária à prestação completa dos serviços. Da impa-

**O voluntarismo de alguns promotores pode forçar concessionária a acelerar obras em uma determinada comarca em prejuízo de outra**

ciência ao voluntarismo judicial do Ministério Público, basta um pequeno passo.

O mais típico é o promotor público de uma comarca qualquer ajuizar determinada ação para obrigar a concessionária de saneamento a construir toda a infraestrutura no prazo de alguns meses.

Em sendo acolhida a tese, a concessionária é forçada a mudar o plano de investimentos no sentido de apressar as obras nessa comarca, mesmo que a qualidade e a abrangência do serviço sejam superiores à média das outras cidades.

Se a decisão for mantida pela instância superior, a concessionária deverá retirar recursos originalmente destinados a áreas com pior atendimento. Por exemplo, em locais desfavorecidos em que o esgoto ainda corra a céu aberto.

Na prática, o pedido formulado pelo Ministério Público, se acata-

do, favorece os menos necessitados em desfavor dos mais necessitados.

Os promotores que agem dessa forma provavelmente são movidos pelos melhores propósitos. Frequentemente, porém, falham em enxergar as consequências deletérias de suas ações. Não sobre os acionistas das empresas estatais, mas, sim, sobre as populações que são mais carentes.

Poderia ser diferente. Afinal, o Ministério Público dispõe de grupos de coordenação, como é o caso do Gaema (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente), que deveria proporcionar a seus membros uma visão sistêmica do assunto que permita preservar o princípio da igualdade. Por que o cidadão de uma cidade X teria mais direito do que o de uma cidade Y?

Também os governos e as empresas estatais, como é o caso da Sabesp, poderiam melhor explicitar quais são as repercussões sistêmicas de eventuais decisões que beneficiem uma particular localidade. Nesses casos os vencedores são sempre conhecidos. É preciso identificar também os perdedores.

JERSON KELMAN, 67, engenheiro civil, é diretor-presidente da Sabesp

02 SET 2015

# GAZETA DO POVO

## Fraude na Receita leva políticos a depor



Abi: parente do governador é réu em ação que apura desvios.

Ação é referente à  
Operação  
Publicano, que  
apura supostos  
desvios no fisco  
estadual

Chico Marés

Deputados e secretários do governo Beto Richa (PSDB) estão na lista de testemunhas no processo da Operação Publicano, que apura supostos desvios na Receita Estadual. Alguns dos 123 réus, entre eles Luiz Abi Antoun, Luiz Pontes de Oliveira e Clóvis Agenor Rogge, incluíram autoridades do estado como suas testemunhas de defesa. Já o Ministério Público (MP) indicou o deputado estadual Tiago Amaral (PSB) e Marcelo Caramori — ex-assessor da Casa Civil, que chegou a ser preso — como testemunhas de acusação.

Abi, empresário de Londrina e parente de sétimo

grau do governador Beto Richa, indicou como testemunhas Amaral e o secretário de Desenvolvimento Urbano Ratinho Jr. (PSC). Os dois já haviam sido citados na Operação Publicano. Antes de chegar à Assembleia Legislativa, Amaral foi advogado de uma empresa que teria pago propina a auditores para receber créditos de ICMS.

Amaral diz não ter sido contatado pela defesa de Abi e que não sabe como poderia contribuir com o processo. Ele afirma, entretanto, que sabia da posição do MP de arrolá-lo como testemunha. “Testemunha não é réu e nem investigado. Portanto, apesar das notícias, isso [ser convocado pelo MP como testemunha] deixa clara a posição do MP de que não sou considerado parte do processo.”

O deputado ainda ressalta que não teve participação em qualquer irregularidade. De acordo com ele,

um dos réus tentou apelar à Justiça para que o caso subisse para a segunda instância por causa de sua suposta participação (por ser deputado, Amaral tem direito a foro privilegiado), mas o pedido foi negado. No entendimento do deputado, isso seria uma demonstração de sua inocência no caso.

Já Ratinho Jr. foi acusado pelo delator Luiz Antônio de Souza de usar sua influência para barrar investigações referentes a irregularidades que teriam sido cometidas pela empresa Janbonés, de Jandaia do Sul. À época, ele negou as acusações e disse não ter conhecimento de qualquer investigação nesse sentido. A reportagem tentou contatar o secretário, mas não obteve sucesso.

Outro que figura na lista de Abi é o diretor-presidente da Fomento Paraná, Juraici Barbosa Sobrinho. Ele é presidente do PSDB em Curitiba. Também estão na lista de Abi o prefeito de Assaí, Luiz Mestiço (PSDB), e o coordenador da região metropolitana de Londrina, Victor Hugo Dantas.

**CONTINUA**



02 SET 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Deputados federais também vão depor

Dois deputados federais, que até o momento não foram citados durante a operação, aparecem na lista de testemunhas. O empresário José Roberto Pontalti, de Arapongas, indicou como testemunhas Alex Canziani (PTB) e Osmar Serraglio (PMDB). O ex-deputado estadual Waldyr Pugliesi (PMDB), ex-prefeito do município, também aparece na lista de testemunhas do empresário.

Serraglio diz que não sabe quem é o empresário e que não sabia que era testemunha da ação. Já Pugliesi afirma conhecer o empresário da época que era prefeito, mas que não sabia que era testemunha. "Tudo o que sei [sobre a Operação Publicano] é o que sai na imprensa."

Canziani, por sua vez, conta que conhece Pontalti como diretor do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. Ele diz, entretanto, que desconhece qualquer envolvimento de Pontalti com o caso e que "não sabe com o que poderia ajudar".

Outro nome que aparece na relação de testemunhas é o do ex-secretário da Fazenda e hoje deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB). Ele foi indicado por Clóvis Agenor Roggê, ex-inspetor geral de fiscalização da Receita.

O secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, consta como testemunha pelo auditor Amado Batista Luiz.

## DEPOIMENTOS

Veja algumas das testemunhas arroladas para o processo que investiga a Receita Estadual:

### SECRETÁRIOS

Ratinho Jr. (Desenvolvimento Urbano)  
Norberto Ortigara (Agricultura)

### DEPUTADOS FEDERAIS

Luiz Carlos Haully  
Alex Canziani  
Osmar Serraglio

### DEPUTADOS ESTADUAIS

Thiago Amaral

### OUTROS

Juracy Barbosa  
Waldyr Pugliesi  
Luiz Mestiço

## Rodrigo Janot e a ética das pernas quebradas

**V**TPB. As quatro letras são o nome da gráfica fantasma descoberta por Diogo Mainardi e Mario Sabino, do portal *O Antagonista*, nas contas de campanha de Dilma Rousseff. A “gráfica”, em cujo endereço havia apenas um prédio comido e sem funcionamento, recebeu R\$ 23 milhões da campanha presidencial.

O caso chamou a atenção do ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que encaminhou em maio um pedido de providências ao procurador-geral eleitoral, Rodrigo Janot, por haver indícios de crime nas despesas com a VTPB.

Mas VTPB, para Janot, significa outra coisa: é a sigla de “Vou Trancar Profundo no Birô”.

Na última semana, respondendo ao pedido de Gilmar Mendes, Rodrigo Janot arquivou a solicitação do magistrado sob o argumento de que “não interessa à sociedade que as controvérsias sobre a eleição se perpetuem: os eleitos devem poder usufruir das prerrogativas de seus cargos e do ônus que lhes sobreveem. Os derrotados devem conhecer sua situação e se preparar para o próximo pleito”.

A justificativa apresentada pelo PGR irritou os ministros. E com razão. Por esse raciocínio, é dada anistia ampla, geral e irrestrita para todos os ilícitos eleitorais. Não importa se houve lavagem de dinheiro, uso de gráfica fantasma, desvio de verbas públicas, abuso de poder econômico: se a eleição foi ganha, ainda que por meios abusivos, a Justiça não deveria interferir, os (criminosamente) eleitos deveriam usufruir de suas prerrogativas (quais?) e os derrotados que se contentem por não terem podido abusar da mesma forma.

O despacho esvazia o papel da Justiça Eleitoral e, na prática, derroga as leis que punem os crimes eleitorais. Na regra de Janot, os ilícitos eleitorais estariam sanados pela vitória posterior nas urnas, mesmo se obtida por meio de abusos. É como se um time pudesse participar de um jogo de futebol quebrando as pernas do adversário e, no fim, suas trapaças não deveriam ser punidas porque o time venceu (à base de canelas quebradas, mas Rodrigo Janot não se importa). Não é preciso comentar o absurdo dessa ideia.

É o exato contrário, aliás, do que prevê a Lei das Eleições (9.504/97), que sujeita o candidato praticante de abuso de poder econômico à cassação do diploma já outorgado (art. 22, §3.º). Não existe perdão de ilícitos por causa de vitória eleitoral conquistada à base desses mesmos ilícitos. Essa nova modalidade de absolvição, sem previsão legal, foi criada por Rodrigo Janot.

Com a sua atitude, somada à recusa de promover uma investigação sobre a presidente da República (a Constituição não veda a investigação), já citada 11 vezes pelos delatores da Lava Jato, o procurador-geral parece revelar uma predisposição a ignorar indícios de ilícitos praticados por Dilma Rousseff.

Os 93% dos brasileiros que rejeitam a atual presidente não podem contar com Rodrigo Janot. Resta esperar pelo Tribunal de Contas da União, que pode reprovar as contas de Dilma; pelo Congresso, que conduz o processo de impeachment com base nesse fato; ou pelo próprio TSE, que vai retomar a ação eleitoral contra Dilma Rousseff.

Enquanto isso, vamos entrando no nono mês de ingovernabilidade total do país, deterioração econômica e institucional, crise política sem precedentes. O Brasil está parado há quase um ano. Quanto tempo mais vai ficar assim?

## STF quer saber como Collor pagou carros

BRASÍLIA  
Agência O Globo

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que bancos informem como foram feitos os pagamentos dos carros de luxo do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL). Há suspeita de que houve lavagem de dinheiro.

A compra dos veículos teria sido feita com o objetivo de escamotear dinheiro desviado da Petrobras, por meio de movimentações financeiras de empresas ligadas ao parlamentar. Entre os carros de Collor há uma

## Testemunhas confirmam propina da Odebrecht

Catarina Scortecchi

As primeiras testemunhas da ação penal da Operação Lava Jato com foco no grupo empresarial Odebrecht confirmaram o pagamento de propina em uma obra da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Na segunda-feira (31), as primeiras quatro testemunhas de acusação chamadas pelo Ministério Público Federal (MPF) do Paraná corroboraram fatos presentes na denúncia, que aponta a atuação do alto esca-

Ferrari, um Porsche e uma Lamborghini, que foram apreendidos na Operação Lava Jato.

O pedido de extensão da quebra de sigilo bancário foi feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e autorizado por Zavascki, relator da Lava Jato no STF.

Segundo as investigações, empresas ligadas a Collor realizaram depósitos de valores altos em espécie para efetuar o pagamento dos carros de luxo. Ainda conforme as investigações, o Lamborghini custou R\$ 3,2 milhões, dos quais R\$ 1,2 milhão foi pago em espécie. Há parcelas em atraso.

Collor responde a inquérito no STF, aberto em decorrência da Operação Lava Jato. Ele foi denunciado por Janot por corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

lão da Odebrecht em um "clube de empreiteiras" formado para obter contratos com a Petrobras.

Os delatores sustentam que o esquema — que incluía acordo entre empreiteiras e propinas a membros da Petrobras — se repetiu em dezenas de obras da petrolífera. Nos depoimentos de ontem, os delatores confirmam o pagamento de propina no caso da Repar, mas não dão detalhes.

Entre os alvos do MPF, está um contrato firmado em agosto de 2007 entre a Repare e o consórcio Conpar, formado pelas construtoras Norberto Odebrecht, OAS e UTC Engenharia. Por esse contrato, segundo o MPF, o grupo Odebrecht pagou, a título de propina, mais de R\$ 18 milhões a Paulo Roberto Costa e mais de R\$ 36 milhões a Renato Duque e Pedro Barusco.

## MPP denuncia presidente da Eletronuclear

A Procuradoria da República denunciou o ex-presidente da Eletronuclear, almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, e mais 13 alvos da Operação Radioatividade — desdobramento da Lava Jato — pelos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro na terça-feira (1.º). Othon Luiz, preso desde 28 de julho, teria recebido R\$ 4,5 milhões em propinas nas obras de Angra 3.

Os pagamentos, segundo a força-tarefa da Lava Jato, foram realizados por empresas intermediárias para a Aratec Engenharia, controlada pelo almirante e por sua filha, Ana Cristina Toniolo, também denunciada. No processo, Othon e sua filha negam envolvimento em irregularidades.

Um dos denunciados é o executivo Flávio David Barra, presidente da Andrade Gutierrez Energia, e o delator, o empresário Victor Colavitti. O empresário confessou que sua empresa Link Projetos e Participações foi usada como intermediária para repasse de ao menos R\$ 765 mil, de 2010 a 2014, entre a empreiteira Engevix e a Aratec Engenharia.

Também foram denunciados os sócios José Antunes Sobrinho, Gerson Almada e Cristiano Kok, da Engevix.

02 SET 2015

# GAZETA DO POVO

▶ LAVA JATO

## PF indicia José Dirceu e Vaccari por corrupção

Investigação concluiu que R\$ 59 milhões foram utilizados como propina em esquema

SÃO PAULO

Agência O Globo

A Polícia Federal (PF) indiciou, nesta terça-feira, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e falsidade ideológica. Os investigadores concluíram dois inquéritos que envolvem Dirceu e Vaccari e os encaminharam ao Ministério Público Federal (MPF), que vai decidir se oferece denúncia contra o ex-ministro, o ex-tesoureiro e outras 12 pessoas.

Segundo a PF, a investigação concluiu que R\$ 59 milhões foram utilizados para pagamento de propina nesse esquema. A PF pretende fazer mais apurações sobre o caso, mas estima que o valor total possa ultrapassar R\$ 84 milhões.

Além de Dirceu, foram indiciadas quatro pessoas ligadas diretamente a ele: seu irmão, Luiz Eduardo de Oliveira e Silva; um ex-assessor, Roberto Marques; um sócio, Julio Cesar dos Santos; e sua filha, Camila Ramos de Oliveira e Silva.

Dirceu está preso na carceragem da PF em Curitiba desde 3 de agosto. Nesta segunda-feira, ele optou por ficar calado em depoimento aos agentes federais e em sessão da CPI. Ele é acusado de receber cerca de R\$ 19 milhões de empresas investigadas pela Operação Lava Jato a partir de 2009.

O dinheiro foi transferido a ele por meio de contratos de consultorias que seriam fictícios porque, segundo a PF, não foram justificados pelo ex-ministro. Assinaram contratos com a empresa de Dirceu Engevix, UTC, OAS, Camargo Corrêa e Galvão Engenharia.

Outra parte dos repasses a Dirceu foi feita por meio do pagamento de serviços, segundo relatou o delator Milton Pascowitch: despesas de fretamento de aeronaves, reformas de imóveis e aquisição de casas e apartamentos. Uma terceira parte do di-

### SOB SUSPEITA

Veja quem foi indiciado como resultado da Operação Pixuleco:

### INDICIADOS

1. José Dirceu
2. Luiz Eduardo de Oliveira e Silva
3. Roberto Marques
4. Julio Cesar dos Santos
5. Milton Pascowitch
6. José Adolfo Pascowitch
7. Fernando de Moura
8. Olavo de Moura Filho
9. Camila Oliveira e Silva
10. Renato Duque
11. João Vaccari Neto
12. Gerson de Melo Almada
13. Cristiano Kok
14. Jose Antunes Sobrinho

nheiro vinha de uma mensalidade paga pelas empresas Hope e Personal entre 2010 e 2013, que teriam aproveitado a influência de Dirceu para conseguir contratos com a Petrobras, segundo a investigação.

A defesa de Dirceu informou que está "analisando a denúncia apresentada pela Polícia Federal nesta terça-feira e se manifestará oportunamente".

02 SET 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **HÉLIO BICUDO Fundador do PT protocola pedido de impeachment de Dilma**

O fundador do PT e jurista Hélio Bicudo, 93 anos, apresentou nesta terça-feira (1), na Câmara dos Deputados, um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Este é o 17.º pedido de afastamento da petista.

O pedido foi apresentado por Maria Lúcia Bicudo, filha do ex-vice-prefeito de São Paulo, ex-ministro da Fazenda e ex-deputado federal. A advogada Janaina Paschoal subscreve o documento.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já determinou o arquivamento de cinco desses pedidos por inadequação formal.

Caso haja algum problema no requerimento de Bicudo, Cunha concederá um prazo de dez dias para que ele faça as adequações. O mesmo prazo foi dado às outras pessoas que apresentaram pedidos.

### **Exame da Ordem 1**

O exame da OAB (**Gazeta**, 1/9) para que os bacharéis em Direito possam advogar é absolutamente necessário e útil para a população — é ela que vai ser atendida por esses profissionais. A abundância de cursos dessa área já ultrapassa qualquer lógica. Qual é a qualidade do ensino em muitas dessas faculdades? Quantos desses milhares de formandos têm, na realidade, o conhecimento adequado para atuar profissionalmente? O exame é uma garantia de serviços adequados.

**Francisco Fernando Fontana**

### **Exame da Ordem 2**

Sou contra o exame para inscrição junto à OAB. A estrutura do pensamento jurídico nacional vigente é fruto de bacharéis que nunca se submeteram ao teste. Na minha opinião, essa é a prova cabal de que é desnecessário. Cumpra exclusivamente ao MEC fiscalizar a qualidade dos cursos, podendo a OAB postular uma cadeira de docência para auxiliar na formação dos bacharéis.

**José Parra**

02 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça condena liga a devolver dinheiro do carnaval

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em decisão proferida no último dia 26, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, condenou a Liga Independente das Escolas de Samba de Londrina e do Norte do Paraná (Liesanor) e seu então presidente Edward Robinson Rodrigues por improbidade administrativa. Rodrigues, segundo a sentença, não prestou contas adequadamente de parte da verba recebida da Prefeitura de Londrina para realizar o carnaval de 2010.

A ação foi ajuizada em 2013 pela Procuradoria-Geral do Município após a Controladoria-Geral (CGM) ter constatado irregularidades. A CGM apontou que a entidade e seu presidente não prestaram consta de três cheques que somaram R\$ 3,1 mil. O montante passado para a Liesanor, naquele ano, foi de R\$ 136 mil.

Para o juiz, ficou comprovada a ausência de prestação de contas relativa aos três cheques e, portanto, o ato de improbidade. "Dado o pequeno montante do dano causado ao erário, mas sem descurar o enorme desvalor da conduta ímproba de que se cuida – afinal, os réus se apropriaram ilícitamente de verbas públicas! –, hei por bem impor-lhes as penas mínimas", justificou o magistrado.

Vieira determinou o ressarcimento do erário em R\$ 3.183 (ainda não corrigido); multa civil de duas vezes o valor do dano; proibição de contratar com o poder público por 10 anos; e suspensão dos direitos políticos por oito anos.

O ex-presidente da liga, que não apresentou defesa no processo judicial, disse que "o problema foi o atraso na prestação de contas". "O carnaval foi realizado", justificou. Ele demonstrou-se irritado com o processo. "Eles estão processando um liga que não tem sede, nem posses, que está falida. Eu também não tenho condições de pagar isso", queixou-se. "A intenção dessa administração é acabar com o carnaval e, por isso, me processaram. Ano passado já não teve carnaval."

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

02 SET 2015

### **Copel-Olvepar**

O líder da oposição na AL, Tadeu Veneri (PT), apresentou ontem a cópia de uma carta precatória, obtida por ele no Rio de Janeiro, em que o advogado Antônio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, representante da massa falida da Olvepar, declara ter recebido R\$ 2,5 milhões de uma das empresas envolvidas num esquema de fraude com a Companhia Paranaense de Energia (Copel) em 2002. Estima-se que, no total, R\$ 84 milhões (em valores da época) tenham sido desviados da estatal, por meio de um processo de compensação de créditos de ICMS, para integrantes do governo Jaime Lerner (então no PFL), do Tribunal de Contas (TC), empresários e políticos.

### **CPI**

O caso foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída na Casa em 2003. Apenas na semana passada, porém, o juiz Fernando Fischer, da 2ª Vara Criminal de Curitiba, homologou um acordo de colaboração com o doleiro Alberto Youssef, que teria facilitado as transações, dando prosseguimento à ação. "Agora depende muito dos trâmites legais, que não são tão simples, e da vontade política de se fazer esse processo andar. Creio que, dos envolvidos, boa parte já tenha o benefício da prescrição. Mas é preciso que nós saibamos pelo menos onde foi parar esse dinheiro, o que foi adquirido com ele e quem são as pessoas que talvez frequentem os restaurantes mais caros de Curitiba e do Paraná com um dinheiro que não é seu; um dinheiro que foi roubado da Copel", disse o petista.

### **STF dobra prazo para Collor**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem ampliar de 15 para 30 dias o prazo para o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) apresentar defesa contra a denúncia da Procuradoria-Geral da República que o acusa de crimes no esquema de corrupção da Petrobras. A decisão foi da Segunda Turma do STF, que é responsável por analisar os casos da Lava Jato. Os ministros reformularam uma decisão individual do ministro Teori Zavascki, relator dos inquéritos que investigam a ligação de políticos com os desvios na estatal, que negou a extensão do prazo solicitada pela defesa do congressista. Ficou definido que esse entendimento deve ser aplicado em casos que tenham mais de uma pessoa como alvo da denúncia, como no caso do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O peemedebista já tinha recorrido ao STF para também ganhar mais tempo para se defender, mas a sua situação será analisada em definitivo pelo plenário da Corte.

02 SET 2015

# BEMPARANÁ

## PAINEL

### Erro médico

A médica Marta Fragoso, gerente do Núcleo de Gestão e Segurança Assistencial do Hospital VITA, participa como palestrante na III Reunião Aberta: O Erro Médico na Prática Oficina de Trabalho - Como ler a documentação médica e desenvolver a estratégia inicial. Ela vai falar sobre casos de infecções relacionadas à assistência à saúde exemplificando possíveis erros médicos. O evento será realizado hoje, a partir das 19h, na sede da OAB/PR.

### Estelionato

Advogado que exerce a advocacia estando suspenso pela OAB comete crime de estelionato. O entendimento é da 8ª Turma do TRF da 4ª Região.

### Violência

Não se pode aplicar o princípio da insignificância em ações que envolvam violência doméstica contra a mulher. O entendimento é da 6ª Turma do STJ.

### Curso

Conselho profissional tem de aceitar curso à distância reconhecido pelo Ministério da Educação. O entendimento é da 2ª Vara Federal de Florianópolis.

### Músico

Músico estrangeiro não está sujeito ao pagamento de taxa a conselho ou entidade de classe. O entendimento é da 6ª Turma do TRF da 3ª Região.

### Seminário

Nos dias 2, 3 e 4 de setembro será realizado em Curitiba o 4º Seminário Brasileiro de Direito Penal Econômico que reunirá importantes nomes do Brasil na área jurídica criminal. Informações: <http://www.ibdpe.com> e (41) 3222-3227

### Direito sumular

Súmula nº 505 do STJ - A competência para processar e julgar as demandas que têm por objeto obrigações decorrentes dos contratos de planos de previdência privada firmados com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER é da Justiça estadual.



02 SET 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

## IMPEACHMENT

O fundador do PT e jurista Hélio Bicudo, 93 anos, apresentou ontem na Câmara dos Deputados um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Este é o 17º pedido de afastamento da petista. O pedido foi apresentado por Maria Lúcia Bicudo, filha do ex-vice-prefeito de São Paulo e ex-deputado federal. A advogada Janaina Paschoal subscreve o documento. De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa, já foram apresentados 17 pedidos de impeachment. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já determinou o arquivamento de cinco desses pedidos por inadequação formal. Em caso de problema no requerimento, Cunha concederá um prazo de dez dias para que Bicudo faça as adequações. O mesmo prazo foi dado às outras pessoas que apresentaram pedidos.

## PUBLICANO

Deputados e secretários do governo Beto Richa estão na lista de testemunhas em ação da Operação Publicano, que apura supostos desvios na Receita Estadual. Alguns dos 123 réus, entre eles Luiz Abi Antoun (parente do governador), Luiz Pontes de Oliveira e Clóvis Agenor Rogge, incluíram autoridades do estado como testemunhas de defesa. Já o Ministério Público Estadual indicou o deputado estadual Tiago Amaral e Marcelo Caramori, ex-assessor da Casa Civil e que chegou a ser preso, como testemunhas de acusação.

# JORNAL DO ÔNIBUS

## NOTA POLÍTICA

### 30 dias

O Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu ontem mais prazo para o senador Fernando Collor (PTB) apresentar defesa ao tribunal. Com a decisão, os advogados terão 30 dias para rebater as acusações contra o parlamentar. Antes, o prazo era de 15 dias. Há duas semanas, Collor foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por corrupção em um dos inquéritos da Operação Lava Jato.

02 SET 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Conferência dos Direitos da Mulher acontece amanhã

### Pinhais organiza evento sobre o tema nesta quinta

Nesta quinta-feira (3) será realizada em Pinhais a primeira Conferência Municipal dos Direitos da Mulher. O evento terá como tema central: "Mais direitos, participação e poder para as mulheres do Paraná" e reunirá poder público e entidades representativas para debater o assunto. A Conferência será realizada no dia 3 de setembro, no auditório da sede da Secretaria de Educação, localizada no bairro Weisópolis.

Para a secretária de Assistência Social de Pinhais, Rosângela Batista, a iniciativa surge diante da

**Conferência Municipal dos Direitos da Mulher**  
"Mais direitos, participação e poder para as mulheres do Paraná"

pinhais.pr.gov.br  
facebook.com/prefeituradepinhais

Secretaria Municipal de Assistência Social

PREFEITURA DE PINHAIS

necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implantação de políticas para as mulheres no muni-

cípio. "A conferência é uma oportunidade para que as mulheres do município sejam ouvidas e para que

juntos possamos traçar políticas que vão ao encontro dos anseios do público feminino", afirma. ■

## RUY BARROZORUY BARROZO



Publicado 1 de setembro de 2015 às 12h23

### Jantar palaciano para desembargadores

O casal governador Beto e Fernanda Richa, receberam os desembargadores presidentes dos principais Tribunais de Justiça do país, presentes ao 104º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, durante concorrido jantar nos salões do Palácio Iguazu.

Os convidados foram recebidos pelo casal anfitrião ao som de Vivaldi, e após um coquetel de confraternização, foi servido um jantar à luz de velas, com mesas decoradas com vasos de Amor Perfeito, com serviço à inglesa e cardápio assinado por Marzia Lorenzetti.

Foi uma noite inesquecível para todos, como há muito não se via nos salões da sede do governo do Estado.

**CONTINUA**

02 SET 2015

CONTINUAÇÃO Paraná Portal



Desembargador presidente do T.J Paulo Roberto Vasconcelos e sra., Fernanda e Beto Richa e Fernando Wolff Bodziak e sra.



Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos e sra., Fernanda e Beto Richa e Nelson Schaefer e sra. – presidente do T.J de Santa Catarina



Desembargador Paulo Roberto e sra., Fernanda e Beto Richa e o desembargador Milton Nobre – presidente do Colégio

CONTINUA

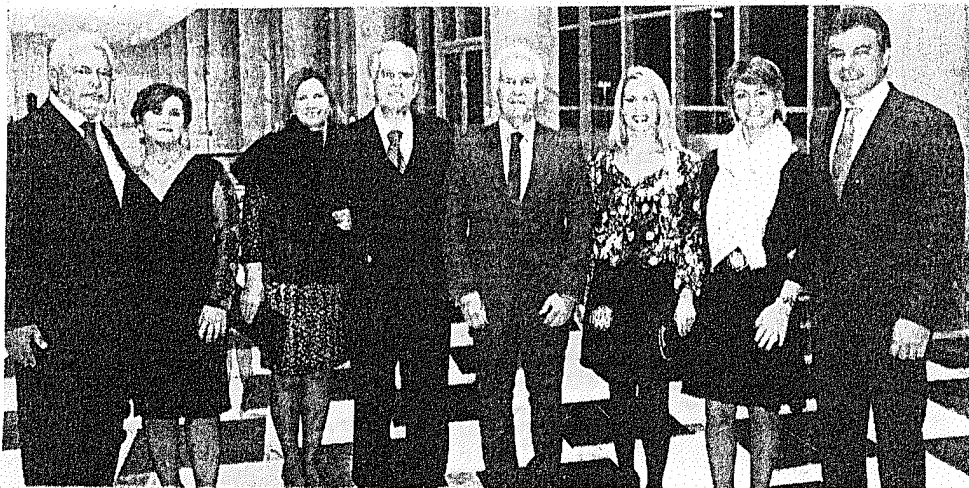
02 SET 2015

Paraná Portal

CONTINUAÇÃO



Desembargador presidente do TJ Paulo Roberto Vasconcelos e o governador Beto Richa



Desembargador Robson Marques Cury e sra., Desembargador Eugênio Achille Grandinetti e sra., Desembargador Renato Braga Bettega e sua filha e Fernanda e Beto Richa

01 SET 2015

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Tribunal mantém condenação de membros do Conselho Regional de Farmácia

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 manteve, na última terça-feira (25/08), por unanimidade, a condenação de Maria do Socorro Bezerra Picado e Maria Salete Lustosa da Nóbrega, respectivamente tesoureira e secretária-geral do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte durante o período de 1996 a 2000. O Colegiado do TRF5 absolveu Gerson Segundo de Almeida Silva.

“Digno de registro é o fato de que, somente na gestão de Gerson Segundo como presidente interino da autarquia, foram enviados vários ofícios e documentos ao Conselho Federal de Farmácia, dando conta da real situação daquela entidade regional, diferentemente do que era feito anteriormente pela antiga gestora”, afirmou o relator, desembargador federal Lázaro Guimarães.

O voto do relator baseou-se tanto na diferença do tempo em que cada réu assumiu suas funções (6 anos, no caso de Maria do Socorro; 4 anos, no caso de Maria Salete; e apenas 6 meses, no caso de Gerson Segundo), como também no cumprimento de suas responsabilidades públicas, pois Gerson, ao assumir interinamente, em 2000, a Presidência por 45 dias, buscou sanar as irregularidades que prejudicaram financeira e moralmente o Conselho.

01 SET 2015

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Justiça afasta secretária de Fazenda de Tucuruí e mais duas pessoas pelo desvio de R\$ 38 mi

A Justiça Federal afastou do cargo a secretária de Fazenda do município de Tucuruí, no Pará, por suspeita de desvio de R\$ 38 milhões em verbas municipais e federais. Também foram afastados do serviço público a procuradora jurídica e um diretor de tributos da secretaria.

Investigação feita pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado demonstrou que os três se associaram para assinar, com uma empresa de fachada, um contrato de locação de caminhões e maquinário para execução de serviços como manutenção de estradas, ruas e coleta de entulho. Os servidores estão proibidos de ingressar em qualquer dependência da Prefeitura, sob pena de descumprimento das medidas e novo pedido de prisão.

A Construpar foi contratada em 2010 pela prefeitura por pouco mais de R\$ 8 milhões. De lá para cá, foram assinados quatro termos aditivos ao contrato, o último com vigência até 31 de agosto, num valor total de R\$ 58,2 milhões. Até agora, foram pagos à empresa R\$ 38 milhões. No endereço da empresa, o MPF encontrou uma pequena venda de peixe e açaí. Nenhum caminhão. Sequer havia espaço para estacionar um carro.

Os dois sócios-proprietários que assinaram os recibos que atestam os serviços são irmãos. Em depoimento ao MPF, Aline Furtado e Anderson Furtado confirmaram ser proprietários da empresa. Aline ainda está concluindo o ensino médio e Anderson mora na casa de uma tia. Ambos são primos de um dos servidores acusados, o diretor de tributos da secretaria de fazenda de Tucuruí, Edson Andrey Furtado da Costa, vulgo "Tiúho".

01 SET 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Câmara aprova projeto de lei que prevê criação de duas varas federais no Tocantins

Após votação em turno único nesta quinta-feira, dia 27, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 8.317/2014 que dispõe sobre a criação de duas varas federais no Tocantins.

O PL é de autoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que busca a criação de duas varas federais, sendo uma no município de Palmas e outra em Araguaína – ambas sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). As novas unidades judiciárias vão agilizar a demanda processual que acompanha o crescimento do Estado, e assim, beneficiar mais de 1,1 milhão de pessoas.

### FACHIN LIBERA VISTA DE AÇÃO SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS

*O ministro Edson Fachin, do STF, liberou ontem para julgamento o processo que trata da descriminalização do porte de drogas. Há duas semanas, Fachin pediu vista da ação para analisar melhor o assunto. A data para retomada do julgamento depende de decisão do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski. O julgamento foi interrompido após o voto do relator, Gilmar Mendes, que se manifestou a favor da descriminalização do porte de drogas.*